

A. I. Nº - 269610.0067/11-9
AUTUADO - MÓVEIS FENÍCIA LTDA.
AUTUANTE - GILSON GILENO DE SÁ OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ ITABERABA
INTERNET - 08/10/2012

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0223-03/12

EMENTA: ICMS. 1. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO. MULTA. Ficou caracterizado que não houve atendimento apenas a uma intimação, no prazo concedido, ficando reduzido o valor da multa exigida. **Infração subsistente em parte. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. a) MERCADORIAS SUJEITAS A TRIBUTAÇÃO. b) MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS.** Infrações elididas de acordo com as comprovações apresentadas pelo autuado, acatadas pelo autuante. **3. PASSIVO FICTÍCIO. CONTA “FORNECEDORES”. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** A existência no passivo de obrigações já pagas indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo autuado a improcedência da presunção. **4. DOCUMENTOS FISCAIS. CUPONS FISCAIS. DIFERENÇA NO CONFRONTO ENTRE OS VALORES INFORMADOS PELA OPERADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO E OS VALORES LANÇADOS NOS DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** Trata-se de lançamento por presunção, entretanto, também foi exigido imposto por presunção legal, relativamente à omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através da manutenção no passivo de obrigações já pagas ou inexistentes, incluindo o mesmo exercício de 2006. Neste caso, o valor desta infração já está contido no débito apurado na infração 04, tratando-se de infrações da mesma natureza. **Infração insubsistente. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 25/11/2011, refere-se à exigência de R\$54.925,85 de ICMS, acrescido da multa de 70%, além de penalidades por descumprimento de obrigações acessórias, no valor total de R\$26.943,21, em decorrência das seguintes infrações:

Infração 01: Falta de apresentação de documentos fiscais, quando regularmente intimado. Exigida multa no valor total de R\$2.760,00.

Infração 02: Deu entrada no estabelecimento de mercadoria sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Multa de 10% do valor das mercadorias, totalizando R\$23.807,34.

Infração 03: Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal. Multa de 1% do valor das mercadorias, totalizando R\$375,87.

Infração 04: Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através da manutenção no passivo de obrigações já pagas ou inexistentes, no exercício de 2006. Valor do débito: R\$37.611,16. Multa de 70%..

Infração 05: Omissão de saída de mercadoria tributada apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, nos meses de fevereiro, março, maio, agosto a dezembro de 2006. Valor do débito: R\$17.314,69. Multa de 70%.

O autuado, por meio de advogado, apresentou impugnação às fls. 703 a 712, alegando que jamais se recusou a apresentar quaisquer documentos solicitados pela fiscalização, ou mesmo apresentou documentos incompletos. Diz que não procede a informação de que teria deixado de registrar nos livros fiscais competentes a entrada de mercadorias no estabelecimento, bem como, não houve omissão de saída com relação ao passivo de fornecedores e às operações pagas com cartão de crédito/débito. Preliminarmente, o defendente argui a decadência quanto aos períodos fiscalizados nas infrações 02, 03, 04 e 05, relativamente ao exercício de 2006. Reproduz ensinamentos do Prof. Edvaldo Brito e Alberto Xavier e o entendimento do STF sobre esta questão. Também cita trecho do Parecer nº 767/00, emitido pela PROFAZ. Entende que restou claro que o exercício fiscalizado (2006) foi absorvido pelo manto da decadência, dizendo que se passaram mais de cinco anos da ocorrência do fato gerador até o lançamento válido e eficaz. No mérito, o defendente alega, quanto à infração 01, que a acusação fiscal é frágil no sentido de que não se fez a prova concreta da intimação eficaz, uma vez que o contribuinte foi intimado quatro vezes para apresentação de documentos idênticos, não ficando claro na autuação a qual dessas intimações o contribuinte não atendeu, e que a 2ª e a 3ª intimações datam do mesmo dia. O defendente assegura que atendeu à intimação datada de 23/11/2011, conforme comprova o Termo de Arrecadação de Livros e/ou Documentos de 29/11/2011, transcrito pelo próprio fiscal autuante, no qual consta a entrega de três caixas contendo documentos fiscais pelo autuado. Assim, o defendente entende que não pode prosperar a multa imputada na infração 01, porque apresentou a documentação solicitada pela fiscalização.

Quanto às infrações 02 e 03, o defendente alega que o autuante se baseia em Notas Fiscais expedidas pelo fornecedor para informar que houve entradas de mercadorias no estabelecimento. Assegura que tais mercadorias chegaram com atraso no estabelecimento autuado, um mês depois da diligência realizada, não tendo como haver lançamento anterior ao tempo da fiscalização nos livros fiscais de mercadorias, que nem se encontravam no local. Afirma que as mercadorias chegaram no mês de janeiro de 2007, conforme faz prova o livro Registro de Entrada que acostou aos autos. Diz que as anotações das referidas entradas encontram-se registradas no livro Razão. O autuado informa que juntou ao presente PAF o Registro de Entradas referente ao período fiscalizado, assegurando que os mencionados registros se encontram em total consonância com a legislação.

Infrações 04 e 05: O defendente alega que jamais omitiu saída de mercadorias e que as mesmas estão devidamente registradas nos livros competentes, razão pela qual não há ICMS a ser exigido. Salienta que não há passivo fictício e sim passivo real, de acordo com o vencimento das duplicatas relativas às mercadorias adquiridas a prazo. Entende que a constatação de passivo na contabilidade de um contribuinte é apenas indício de que existe omissão de saída de mercadorias, cabendo à Administração Tributária demonstrar inequivocamente tal fato, levantando o estoque, verificando as entradas e saídas das referidas mercadorias. Informa que existiram valores a serem quitados, mas foram e estão sendo quitados no curso dos exercícios seguintes, conforme os documentos que acostou aos autos.

Em relação à cobrança de imposto sobre as vendas com cartão de crédito, alega que o relatório entregue pelo autuante possui itens que condizem com vendas realizadas pelo autuado. Comenta sobre o princípio da tipicidade cerrada e informa que, na tentativa de demonstrar a veracidade de suas alegações, juntou aos autos a documentação que comprova a venda com cartão de crédito,

bem como as reduções Z e as respectivas planilhas. Afirma que não há amparo legal na cobrança realizada no Auto de Infração, e que não deve prosperar nenhuma das imputações feitas pelo autuante, de acordo com as provas acostadas aos autos pelo defendente. Pede a improcedência do Auto de Infração.

A informação fiscal às fls. 1019/1020 dos autos pelo Auditor Fiscal Wilson Aparecido O. Bastos, dizendo que em relação ao argumento do autuado referente à decadência dos períodos fiscalizados nas infrações 02, 03, 04 e 05 não procede, porque o crédito tributário foi constituído em 31/12/2006, dentro do prazo de 05 (cinco) anos conforme determina o artigo 174 do CTN.

Em relação à infração 01, afirma que é devido o valor referente à cobrança das multas pela falta de atendimento às três intimações para entrega de documentos fiscais apesar de regularmente intimado, conforme art. 915, inciso XX do RICMS/BA, e as intimações anexadas aos autos.

Quanto às infrações 02 e 03 informa que acata as alegações do autuado, porque verificou que todas as notas fiscais relacionadas no levantamento fiscal como não escrituradas conforme SINTEGRA fls. 97 e 98 estão devidamente escrituradas no livro de Registro de Saída do autuado nos exercícios de 2006 e 2007, conforme cópias dos livros saída anexadas aos autos, passando assim o valor da infração 02 – 16.01.01 no exercício de 2006 de R\$ 23.807,34 para R\$ 0,00 e passando o valor da infração 03- 16.01.02 no exercício de 2006 de R\$ 375,87 para R\$0,00.

Em relação à infração 04, diz que o defendente deve comprovar a existência de dívidas não pagas através de documentos pertinentes.

Quanto à infração 05, informa que é devido o imposto, porque foram realizados os batimentos entre as vendas diárias informadas pelo autuado através do seu livro de registro de saída anexado a PAF e o Relatório Diário de Operações (TEF) informado pelas administradoras de cartões de créditos anexado aos autos, onde foram encontradas as omissões de saídas de mercadorias tributadas conforme demonstrativos fls. 26 a 32. Finaliza, pedindo a procedência do presente Auto de Infração.

Intimado da informação fiscal, o defendente se manifestou às fls. 1034 a 1040, contestando todas as imputações. Diz que o autuante apresentou informação fiscal acatando os argumentos defensivos no que tange às infrações 02 e 03. Reitera a preliminar de decadência quanto às infrações 04 e 05, referentes ao exercício de 2006, apresentando os mesmos argumentos da impugnação inicial. No mérito, quanto à infração 01, alega que o autuante não fez prova concreta da intimação eficaz e que, estranhamente, a 2ª e a 3ª intimações datam do mesmo dia. O defendente assegura que atendeu à intimação datada de 23/11/2011, conforme comprova o Termo de Arrecadação de Livros e/ou Documentos datado de 29/11/2011. Entende que não pode prosperar a infração 01, porque o autuado apresentou a documentação solicitada, quando intimado pela Administração.

Quanto às infrações 04 e 05, o defendente repete as alegações apresentadas na impugnação inicial e diz que restou claro que não deve prosperar nenhuma das imputações feitas pelo autuante. Pede a improcedência do presente Auto de Infração.

O Auditor Fiscal Wilson Aparecido O. Bastos informou à fl. 1047 que após verificar a manifestação do autuado (fls. 1032 a 1040), mantém a informação fiscal prestada às fls. 1019/1020.

VOTO

Inicialmente, analisando a preliminar de decadência suscitada pelo defendente, considerando que o presente Auto de Infração foi lavrado para exigir imposto referente fatos ocorridos no exercício de 2006, sendo alegado pelo defendente que o fisco não exerceu de forma tempestiva o seu direito de constituir o crédito tributário relativo aos fatos geradores ocorridos no mencionado exercício.

Observo que a legislação do Estado da Bahia fixa prazo à homologação do lançamento, e não é acatada a alegação com base no art. 150, § 4º do CTN, que se aplica quando a lei do ente tributante não fixa prazo à homologação:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

...

§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Vale salientar, que o Código Tributário do Estado da Bahia, instituído pela Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981, estabelece nos arts. 28, § 1º e 107-B, § 5º:

Art. 28. Compete ao contribuinte efetuar o lançamento do imposto em seus livros e documentos fiscais, na forma regulamentar, sujeito a posterior homologação da autoridade administrativa.

§ 1º Após 5 (cinco) anos, contados a partir de 01 de janeiro do ano seguinte ao da efetivação do lançamento pelo contribuinte, considera-se ocorrida a homologação tácita do lançamento.

Art. 107-B. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 5º Considera-se ocorrida a homologação tácita do lançamento e definitivamente extinto o crédito, após 5 (cinco) anos, contados a partir de 01 de janeiro do ano seguinte ao da ocorrência do fato gerador, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

No caso em exame, os fatos geradores do imposto relativos ao exercício de 2006 têm o prazo para constituição do crédito tributário até 31/12/2011. Como o presente Auto de Infração foi lavrado em 25/11/2011, com visto saneador da autoridade competente em 28/12/2011, na data da autuação ainda não havia se configurado a decadência do prazo para o lançamento do tributo. Assim, constato que na data da ação fiscal não houve decurso do prazo fixado pela legislação, ficando rejeitada a preliminar de decadência suscitada nas razões de defesa.

No mérito, a primeira infração trata da falta de apresentação de livros fiscais pelo autuado, quando regularmente intimado. Foram aplicadas multas pela falta de atendimento a três intimações para apresentação de livros e documentos fiscais nos prazos regulamentares, no valor total de R\$2.760,00.

O inciso XX do art. 42 da Lei 7.014/96, prevê aplicação de penalidade àquele que, dentro do prazo de 48 horas, deixar de prestar esclarecimento ou informação, de exibir livro ou documento, arquivo eletrônico ou similar, quando regularmente solicitado, devendo ser exigida a seguintes multas: a) R\$ 460,00 pelo não atendimento do primeiro pedido; b) R\$ 920,00 pelo não atendimento da intimação que lhe for feita posteriormente; c) R\$ 1.380,00 pelo não atendimento de cada uma das intimações subseqüentes.

Às fls. 07/08 do PAF constam Intimação Fiscal e respectivo Aviso de Recebimento assinado em 07/11/2011, e o autuado protocolizou uma comunicação em 11/11/2011 pedindo que fossem informadas as justificativas para apresentação dos livros e documentos, e que lhe fosse concedido um prazo maior.

O autuante apresentou às fls. 13/14 do PAF, uma informação sobre o referido comunicado com o entendimento de que a legislação tributária estadual não prevê que os agentes fiscais devam esclarecer aos contribuintes as fiscalizações que pretendem desenvolver com os materiais que solicitem deste. Opinou pelo indeferimento do pleito apresentado pelo contribuinte, dizendo que o mesmo deveria ser intimado a tomar conhecimento do posicionamento do autuante, e que não havia impedimento para fazer novas intimações. No final do documento consta um recibo datado de 23/11/2011, indicando que o preposto do autuado recebeu cópia da informação prestada pelo autuante.

Constam às fls. 15/16 dos autos, duas intimações para apresentação de livros fiscais, que foram recebidas por prepostos do autuado em 22/10/2011 e 28/10/2011, além de uma “2ª Intimação Fiscal” solicitando livros e documentos fiscais e contábeis, com Aviso de Recebimento datado de 16/11/2011. A “3ª Intimação Fiscal” (fl. 19), consta a data de recebimento em 23/11/2011, mas não está identificado o preposto do contribuinte que assinou o documento.

O autuado juntou cópias do Termo de Arrecadação de Livros e/ou Documentos e Protocolo de entrega de livros e pastas contendo documentos fiscais, todos datados de 29/11/2011.

Observo que em relação à intimação datada de 07/11/2011, o autuado solicitou prorrogação do prazo e justificativas, somente tomando conhecimento do indeferimento de seu pedido em 23/11/2011. Portanto, embora não tenha entregue os documentos solicitados, apresentou comunicação com a justificativa, obtendo resposta somente em 23/11/2011. Tal fato compromete as intimações datadas de 22/10 e 28/10, haja vista que antes de informar ao contribuinte do indeferimento de seu pedido, já foram realizadas duas outras intimações.

Quanto à intimação de fl. 19, datada de 23/11/2011, embora não tenha sido identificado o preposto do autuado que recebeu e assinou o documento, o próprio autuado juntou uma cópia à fl. 21 do PAF, comprovando que recebeu a referida intimação. Como o Termo de Arrecadação de Livros e/ou documentos fiscais e Protocolo de entrega foi datado de 29/11/2011, está caracterizado que não houve atendimento à mencionada intimação no prazo regulamentar, de 48 horas, sendo devida a multa de R\$460,00.

Vale salientar que há previsão legal para aplicação de multa por intimação não atendida, conforme art. 42, inciso XX, da Lei 7.014/96, e no caso em exame, ficou caracterizado que no prazo concedido não houve atendimento à intimação datada de 23/11/2011, ficando reduzido o valor da multa exigida para R\$460,00. Infração subsistente em parte.

Infração 02: Deu entrada no estabelecimento de mercadoria sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Multa de 10% do valor das mercadorias, totalizando R\$23.807,34.

Infração 03: Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal. Multa de 1% do valor das mercadorias, totalizando R\$375,87.

A legislação prevê a aplicação de multa, calculada sobre o valor comercial da mercadoria que tenha entrado no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal, sendo 10% para mercadorias sujeitas a tributação (art. 42, inciso IX, da Lei 7.014/96), e 1% para as mercadorias não tributáveis (art. 42, inciso XI, da Lei 7.014/96).

O defendente alegou que as mercadorias chegaram com atraso em seu estabelecimento, um mês depois da diligência realizada, não tendo como haver lançamento anterior ao tempo da fiscalização nos livros fiscais de mercadorias, que nem se encontravam no local. Afirma que as mercadorias chegaram no mês de janeiro de 2007, conforme faz prova o livro Registro de Entrada

que acostou aos autos, e que as anotações das referidas entradas encontram-se registradas no livro Razão.

Na informação fiscal, o autuante acatou as alegações defensivas, informando que verificou que todas as notas fiscais relacionadas no levantamento fiscal como não escrituradas (conforme SINTEGRA às fls. 97 e 98), estão devidamente escrituradas, conforme cópias dos livros anexadas aos autos.

Pelo que consta nos autos, especialmente o demonstrativo à fl. 94, a exigência fiscal foi efetuada com base em dados obtidos junto ao CFAMT e SINTEGRA sem acostar aos autos as cópias das notas fiscais para comprovar as aquisições das mercadorias pelo destinatário e proporcionar ao julgador e contribuinte a verificação da correção e acerto do levantamento fiscal.

Entendo que os documentos fiscais requisitados do SINTEGRA e do CFAMT constituem elementos de prova material indispensáveis à comprovação das infrações imputadas ao contribuinte, e deveriam ter sido carreados ao presente processo, conforme prevê o art. 46 do RPAF/BA.

É correto afirmar que a existência nos autos das notas fiscais capturadas nos postos fiscais e junto a terceiros comprovam, de forma inequívoca, que as mercadorias foram destinadas ao defendente, de acordo com os seus dados cadastrais, inclusive número do pedido, número da duplicata mercantil, dados do transportador, que devem constar no documento fiscal, evidenciando a realização das operações mercantis entre os fornecedores e o autuado. A existência das referidas notas fiscais é considerada prova suficiente da realização das operações e de suas aquisições pelo destinatário, salvo prova em contrário, as quais devem ser produzidas pelo contribuinte, no sentido de destituir a exigência fiscal.

Este órgão julgador tem decidido no sentido de que há necessidade da juntada ao PAF de todas as notas fiscais coletadas no SINTEGRA e CFAMT, a exemplo do Acórdão CJF Nº 0015-12/10 que confirmou decisão de primeira instância deste CONSEF no sentido de que houve cerceamento ao direito de defesa do contribuinte, a partir do descumprimento do quanto previsto no artigo 46 do RPAF/99, devido à falta de anexação de notas fiscais oriundas do Sistema CFAMT ao processo, obtidas a partir de terceiro que não é sujeito passivo na presente ação fiscal, enquadrando o fato no previsto no artigo 18, inciso II, e IV, alínea “a”, do RPAF/99.

No caso presente, a autuação seria passível de julgamento pela nulidade, entretanto, com base no Parágrafo único do art. 155 do RPAF/BA, ultrapasso a questão da nulidade, porque no mérito a exigência fiscal não subsiste, conforme reconhecimento do autuante na informação fiscal, inexistindo controvérsia.

Assim, acatando as informações prestadas pelo autuante, concluo pela improcedência destas infrações, haja vista que o defendente elidiu a exigência fiscal com a apresentação de comprovantes acatados pelo autuante.

Infração 04: Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através da manutenção no passivo de obrigações já pagas ou inexistentes, no exercício de 2006. Demonstrativo à fl. 83/93.

Foi efetuado pelo autuante o levantamento da conta Fornecedores, apurando um saldo final no exercício de 2006, no valor de R\$221.242,09, constando uma observação de que o autuado não entregou o livro Razão do mencionado exercício, nem a documentação comprobatória da existência da dívida.

Conforme estabelece o § 4º, inciso III, do art. 4º da Lei 7.014/96, salvo prova em contrário, presume-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto sempre que se verificar manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes.

Em sua impugnação, o autuado alegou que não há passivo fictício e sim passivo real, de acordo com o vencimento das duplicatas relativas às mercadorias adquiridas a prazo. Entende que a constatação de passivo na contabilidade de um contribuinte é apenas indício de que existe

omissão de saída de mercadorias, cabendo à Administração Tributária demonstrar inequivocamente tal fato, levantando o estoque, verificando as entradas e saídas das referidas mercadorias. Informa que existiram valores a serem quitados, mas foram e estão sendo quitados no curso dos exercícios seguintes.

O contribuinte juntou aos autos cópias dos Balanços Patrimoniais e Demonstrativos do Resultado (fls. 737/748 do PAF) referentes aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, e não juntou à impugnação nem apresentou quando intimado a comprovação necessária quanto à manutenção no passivo das obrigações apuradas no levantamento fiscal, que se refere ao exercício de 2006.

Observo que neste tipo de levantamento fiscal é conferida a exatidão do saldo da conta Fornecedores, comparando-se o saldo constante no Balanço do exercício fiscalizado com a soma dos valores nominais das duplicatas, que devem ser apresentadas pelo contribuinte. No caso de títulos pagos, porém não baixados contabilmente, representa passivo fictício, o que caracteriza omissão de saídas. Neste caso, o contribuinte deve comprovar mediante apresentação de documentos contábeis e livro Razão a exatidão do saldo da conta Fornecedores.

Trata-se de exigência de imposto por presunção legal, o que poderia ser elidido pelo sujeito passivo, tendo em vista que neste caso, o impugnante deve exibir provas de que não cometeu a infração, nos termos do art. 123 do RPAF/99, e não cabe a este órgão julgador buscar provas, cuja obrigação de apresentação é do sujeito passivo, constituindo as alegações defensivas meras negativas do cometimento da infração, conforme art. 143 do mencionado Regulamento.

Considerando a previsão legal que se refere à manutenção no passivo de obrigações já pagas ou inexistentes (§ 4º, do art. 4º, da Lei 7.014/96) e que no presente processo, foi apurada essa manutenção, haja vista que não foi comprovado o saldo da conta Fornecedores, entendo que a acusação fiscal está devidamente caracterizada, e por isso, é subsistente a exigência do imposto, de acordo com o demonstrativo à fl. 93 dos autos, haja vista que a manutenção no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes indica que o sujeito passivo efetuou esses pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Mantida a exigência fiscal.

Infração 05: Omissão de saída de mercadoria tributada apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao valor fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, nos meses de fevereiro, março, maio, agosto a dezembro de 2006.

Observo que sendo apurada diferença entre o valor das vendas efetuadas com pagamentos por meio de cartão de crédito e o valor informado pelas administradoras, tal fato constitui presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, consoante o disposto no § 4º, do art. 4º, da Lei 7.014/96

Embora não conste no PAF a comprovação de que foi fornecido ao defendente o Relatório Diário Operações TEF, foi juntada ao PAF, junto com a impugnação, cópia do mencionado Relatório e do levantamento fiscal, o que significa que o atuado tomou conhecimento dos elementos constantes nos autos.

O defendente informou que na tentativa de demonstrar a veracidade de suas alegações, juntou aos autos a documentação para comprovar a venda com cartão de crédito, bem como as reduções Z e as respectivas planilhas (fls. 772/820).

Embora o atuado tenha apresentado planilhas para comprovar a totalidade ou parte desta infração, no item anterior (infração 04), também foi exigido imposto por presunção legal, relativamente à omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através da manutenção no passivo de obrigações já pagas ou inexistentes, incluindo o mesmo exercício de 2006. Neste caso, o valor desta infração 05 já está contido no débito apurado na infração 04, tratando-se de infrações da mesma natureza. Assim, concluo pela improcedência deste item do presente Auto de Infração.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, conforme quadro abaixo:

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269610.0067/11-9**, lavrado contra **MÓVEIS FENICIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$37.611,16**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$460,00**, prevista no art. 42, inciso XX, da mesma Lei, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de setembro de 2012

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA